

# Subsídios para a compreensão da cultura político-eleitoral da democracia brasileira

*Marcello Baquero\**

## 1. Introdução

Sob o ponto de vista da institucionalização de regras formais e procedimentos democráticos, o Brasil é presentemente considerado um país em que o processo de democratização tem avançado significativamente. Rennó (2006, p. 165), na análise das eleições presidenciais de 2006, observa que “o fato de que os dois grupos políticos mais importantes fossem conhecidos da população e dos investidores e de que suas propostas estivessem bem estabelecidas ajudou a aumentar a transparência do sistema político brasileiro e, conseqüentemente, sua predicabilidade”.

De uma perspectiva puramente institucionalista, não há como negar que vivemos uma democracia plena. Um dos principais indicadores que dão respaldo a tal afirmação radical, além dos procedimentos democráticos, no amplo apoio dos cidadãos — percebido por meio de pesquisas de opinião — à democracia na sua forma difusa. Tais dados têm levado alguns autores a invalidar os questionamentos sobre os limites da democracia procedimental. Mires (2006), por exemplo, se questiona: o que há de negativo em uma democracia ser formal? Do ponto de vista lógico, o contrário da

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutor em Ciência Política pela Florida State University. Endereço eletrônico: [baquero@cresce.net](mailto:baquero@cresce.net).

democracia formal é a democracia informal, e isto, segundo o autor, é um absurdo. Para ele, a democracia deve ser formal em virtude de duas razões: primeiro, porque, em seus momentos fundacionais em um sistema político, ela deve começar a funcionar via instituições que precedem o jogo democrático; segundo, porque, já em exercício, as formas de democracia devem ser mantidas, tendo em vista que delas depende que os conflitos sejam resolvidos politicamente. Assim, para o autor, a democracia existe sempre em forma.

Pensamos, no entanto, que o que está em questionamento não é a necessidade de elementos formais que assegurem o bom funcionamento do contrato social. Tal ponto é indiscutível. O que está em debate, e no centro de divergência, é o caráter totalizante atribuído aos procedimentos na regulação dos conflitos sociais. Tais conflitos nem sempre são resolvidos por regras e normas ou procedimentos, mas quando se recorre a instâncias não convencionais ou informais da política. Para ilustrar esta situação, tomemos como parâmetro o papel e a influência dos movimentos sociais como interlocutores de setores excluídos. O papel que os indígenas tiveram na derrocada de executivos eleitos no Peru, Equador e Bolívia, também ocorreu porque as instituições não foram capazes de resolver os problemas e conflitos sociais de seus países. Nesse sentido, não nos parece que a incorporação dessas organizações “informais” coloque em risco a democracia; o contrário, no entanto, é verdadeiro, ou seja, a não inclusão desses setores tem incidido na permanência de uma democracia formal instável.

Dessa maneira, a despeito do apoio considerável à idéia da democracia e da ampla rejeição ao autoritarismo, não se pode argumentar, contundentemente, que a primeira esteja consolidada. Tal fato fica evidenciado quando se examinam as atitudes e os comportamentos dos cidadãos em relação à política, às instituições e aos gestores públicos. Dados das mesmas pesquisas têm constatado que a ampla maioria das pessoas não confia nos políticos e nas instituições políticas, e este fenômeno parece crescer de ano para ano (LATINOBARÓMETRO, 2005). Dessa forma, um dos desafios para os cientistas políticos neste país é o de explicar por que, a despeito dos avanços democráticos formais, persiste uma instabilidade polí-

tica e uma incerteza em relação ao futuro. Além do mais, torna-se relevante examinar o impacto ou não da dimensão atitudinal no processo e construção democrática.

Por exemplo, é preocupante observar uma tendência de desvalorização do legislativo no âmbito do continente latino-americano. O questionamento dessa instituição ficou explicitado por mandatários eleitos pelo voto popular. No Peru, por exemplo, quando em 1979 o então presidente Fujimori decidiu fechar o Congresso, contou com o amplo apoio da população. Tal iniciativa se mostrou amplamente popular, materializando-se no índice de aprovação do presidente após o autogolpe – em torno de 80% (TAYLOR, 2007, p. 6). Na Argentina, o desprezo popular pelas instituições da democracia representativa se materializou no mote popular *que se vayan todos*, o que propiciou a base de uma nova forma de se fazer ouvir, à margem das instituições convencionais e por meio de formas alternativas de participação política, principalmente as maneiras informais (GIARDINELLI, 2001). Mais recentemente, na Venezuela, o presidente Chávez conseguiu que o Legislativo o concedesse plenos poderes para governar por decreto. No Equador, o recém-eleito presidente Rafael Correa convocou um plebiscito para a formação de uma nova assembléia constitucional, criando tensões entre os poderes constituídos. No Brasil, estamos acostumados a que o executivo lance mão recorrentemente de medidas provisórias para governar o país. Esse procedimento, aliado a uma expectativa negativa dos cidadãos em relação ao desempenho dos deputados, agrava a situação. Pesquisa realizada pelo Datafolha, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 23 de março de 2007, mostrou que a avaliação dos novos congressistas eleitos caiu de 43%, em dezembro de 2006, para 16%, em março de 2007. Tais eventos sinalizam que ainda temos um longo caminho a percorrer para solidificar o processo democrático na sua dimensão substantiva.

Neste contexto, o principal objetivo deste trabalho é examinar como esses “novos” padrões da cultura política brasileira se constituem e o seu impacto no fortalecimento, ou não, da democracia. Além de revisão bibliográfica, utilizamos dados empíricos

de pesquisa de opinião realizada no Rio Grande do Sul pelo Núcleo de Pesquisas sobre América Latina (Nupesal-UFRS<sup>1</sup>).

Busca-se, especificamente, fazer uma reflexão crítica sobre os padrões dominantes da cultura política brasileira contemporânea e seus efeitos no comportamento eleitoral dos cidadãos, tentando entender alguns paradoxos da dinâmica eleitoral.

## 2. Situando o problema a respeito de atitudes e democracia

Desde que a teoria da cultura política institucionalizou-se na Ciência Política, um dos seus princípios fundadores indicava que as atitudes dos cidadãos e suas predisposições em relação à política e suas instituições eram vitais, não só para a emergência, mas, sobretudo, para a manutenção de um sistema plenamente democrático (EASTON, 1965, INGLEHART, 1988, PUTNAM, 1993). É o que se convencionou chamar de base normativa de apoio à democracia. No contexto contemporâneo, tal fundamento tem assumido importância central nas análises sobre o estágio atual da democracia no Brasil, principalmente pelo fato de que, apesar dos avanços formais em termos de procedimentos e regras, persistem graves problemas de natureza social.

Não se trata, entretanto, de estabelecer uma polêmica sobre opções, colocando, de um lado da moeda, a democracia formal representativa; e, do outro, a democracia social. Tal esforço seria inútil, além de não contribuir para entender, com profundidade, os problemas do país. É óbvio que nenhum sistema político pode prescindir de regras e procedimentos que regulem as relações sociais de uma nação. O que há de novo nessa equação (no sentido de ser incluído nos debates e análise política) é o papel central que assume,

---

1 As pesquisas tipo *survey* referem-se a Porto Alegre e são de natureza probabilística domiciliar, utilizando as tabelas probabilísticas sugeridas por Marques e Berquó (1975), com uma média de 500 a 600 entrevistas. A margem de erro da amostra é de 4% com 95% de intervalo de confiança. Essas pesquisas estão disponíveis no Núcleo de Pesquisas sobre América Latina (Nupesal-UFRS).

cada vez mais, o cidadão como ente participante e protagônico no cotidiano da política. Tal perspectiva é presentemente aceita no debate sobre a democracia brasileira, pois é inegável que a relação entre economia e predisposições atitudinais estão correlacionadas. Se essas dimensões não são avaliadas integralmente, a democracia corre o risco de ser distorcida por análises formais, negligenciando a real natureza que motiva os eleitores a se envolverem na política e no campo eleitoral. Nessa direção, Mires (2006, p. 4) sugere que:

Temos um terreno formidável para explorar. Correndo o risco de ser qualificado (acusado) de antigo, partidário de interpretações e explicações canônicas, ou o que for, sustento contra a moda que para essa tarefa é necessário recuperar conceitos e categorias abandonadas por muitos colegas e, é necessário fazê-lo como nas décadas de 1960 e 1970, desde uma perspectiva e visão latino-americanas. Não para tomá-las literalmente, como se a história tivesse se congelado, mas para aprofundar, corrigir, melhorar, afinar, renovar e, se for o caso, descartar a utilização teórico-conceitual e/ou criar novos instrumentos.

Na mesma linha de análise, Graciarena (1985, p. 32), fazendo uma análise da democracia latino-americana, sustenta que:

Existem três elementos que deveriam ser integrados em qualquer interpretação que pretenda ser abarcadora do que significa o fenômeno democrático. São eles, a dimensão social, a política e a histórica da democracia, cujas conexões recíprocas são as que dão densidade e sentido concreto. A conjunção dessas dimensões é o que permite observar o grau em que a democracia se constitui uma formação histórica que tem penetrado a sociedade (classes sociais) e o Estado (regime político).

Incluir a participação dos cidadãos no desenho e na elaboração de políticas públicas eficazes não é novo na literatura brasileira. Celso Furtado (1982) já alertava para a necessidade de promover o desenvolvimento econômico acoplado ao desenvolvimento social. E, sobretudo, Paulo Freire (1986), com seus princípios emancipatórios dos cidadãos, sugeria a necessidade de colocar em prática projetos de caráter emancipatório, que neste trabalho denominamos de

“empoderamento cívico”. “Empoderar” as pessoas com o objetivo de cultivar a tolerância política e a cooperação, sem pretender a instalação de um pensamento único ou imaginar a eliminação completa de disputas e conflitos auxiliaria decisivamente um processo efetivo de construção de uma nação socialmente justa, por meio da reestruturação do tipo de cultura política vigente.

Esses argumentos ilustram um aspecto central, geralmente, negligenciado os estudos sobre democracia e referentes ao papel das atitudes e dos valores culturais no processo de construção democrática. Dessa forma, um aspecto fundamental da teoria da cultura política diz respeito ao impacto que as predisposições atitudinais têm na manutenção e na estabilidade democrática de um país. Embora a perspectiva teórica dominante no Brasil não rejeite a relevância eventual de valores e normas historicamente construídas e que dão forma ao tipo de cultura política, ela lhes atribui pouca importância como elementos comprometedores de avanços democráticos (PRZEWORSKI, CHEIBUB & LIMONGI, 2003).

Um dos argumentos preferidos pela perspectiva institucionalista é de que, a despeito da presença de “ondas” avaliativas negativas sobre o desempenho democrático, tais ondas não têm incidido no colapso ou na derrubada da democracia formal. A evidência empírica está ao lado desta linha de pensamento. O problema, entretanto, vai além do eventual colapso de um sistema democrático por um golpe de Estado e refere-se muito mais aos aspectos social e normativo da democracia contemporânea no Brasil. As questões relevantes, nesse sentido, apontam para a necessidade de examinar se as ondas atitudinais são conjunturais ou estruturais e qual seu impacto no amadurecimento da democracia no seu significado mais amplo. Dessa forma, para responder a esta indagação, torna-se pertinente examinar, num sentido longitudinal, como os brasileiros percebem a democracia em relação a outras formas de governo. Tal análise auxilia na compreensão a respeito de quais atitudes são fundamentais para o processo de solidificação democrática. A utilização desses dados possibilita que se avalie a premissa central da abordagem da cultura política.

TABELA 1 – PREFERÊNCIA DA DEMOCRACIA A QUALQUER OUTRA FORMA DE GOVERNO (APOIO À DEMOCRACIA) (POR PAÍS, EM %; 1996-2005)

	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nicarágua	59	68	72	64	43	63	51	39	57
Paraguai	59	44	51	48	35	45	40	39	32
Bolívia	64	66	55	62	54	56	50	45	49
Peru	63	60	63	64	62	57	52	45	40
Guatemala	51	48	54	45	33	45	33	35	52
Colômbia	60	69	55	50	36	39	46	46	46
Costa Rica	80	83	69	83	71	77	77	67	73
Panamá	75	71	71	62	34	55	51	64	52
Brasil	50	50	48	39	30	37	35	41	37
Argentina	71	75	73	71	58	65	68	64	65
Equador	52	41	57	54	40	49	46	46	43
El salvador	56	66	79	63	25	40	45	50	59
Uruguai	80	86	80	84	79	78	78	78	77
México	53	52	51	45	46	63	53	53	59
Chile	54	61	53	57	45	50	51	57	59
Honduras	42	63	57	64	57	57	55	46	33
Venezuela	62	64	60	61	57	75	67	74	76
Rep. Dominicana	-	-	-	-	-	75	-	65	60
América Latina	61	62	62	60	48	56	53	53	53

FONTE: Latinobarômetro (2005).

Os dados da Tabela 1 evidenciam que, no período de 1996 a 2005, fase conhecida como da consolidação democrática no país, houve um processo de decepção dos cidadãos brasileiros com a democracia em relação à maioria dos outros países na América Latina. Chama a atenção que a percentagem daqueles que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo não ultrapassa os 50%, e, a partir de 1998, a tendência é de um perigoso declínio de preferência pelo sistema democrático. Obviamente que isso não significa que a democracia corra risco de entrar em colapso ou de

ser substituída por um regime autoritário. Ela aponta, acreditamos, para o difícil processo que nosso país enfrenta em conscientizar as pessoas a valorizar a democracia na sua forma atual. Tais predisposições não são salutares para tentar consolidar um sistema amplamente democrático, pois, sem uma base de apoio normativo, a democracia tende a tornar-se instável.

### 3. Por que as atitudes afetam a democracia

O legado histórico brasileiro sempre foi de privilegiar práticas e hábitos que não valorizavam os princípios democráticos (DAMATTA, 1993). Esse padrão de comportamento não se deu por uma predisposição deliberada dos seus cidadãos em fomentar práticas políticas predatórias, e sim, foi o resultado de um modelo de política implantado pelas elites que pouco caso fizeram das liberdades democráticas, a não ser na retórica (METTENHEIM, 1995). Tal discurso foi importante para que o país se movimentasse de uma sociedade autoritária para uma nação democrática. No entanto, o que faltou foi uma estratégia política efetiva de inclusão das massas brasileiras, resultando na institucionalização de uma cultura política híbrida e com sentimentos de hostilidade e resignação em relação à democracia no país (SCHMIDT, 2001).

O hibridismo da cultura política brasileira encontra parte de sua explicação na tendência prevaiente que se instalou no país e que percebe a democracia de um ponto de vista elitista. Ele pressupõe que a democracia é viável e sustentada por pactos entre as elites, deixando as massas em papel secundário. As amplas mobilizações testemunhadas em vários países latino-americanos, inclusive no Brasil, como os Sem Terra, no entanto, atestam para a importância de incorporar os cidadãos na política na busca de um contrato social que funcione. Não se pode negar o papel normativo das massas na catalisação de mudanças significativas nas políticas públicas contemporâneas e, em alguns casos, inclusive na derrubada de presidentes popularmente eleitos.

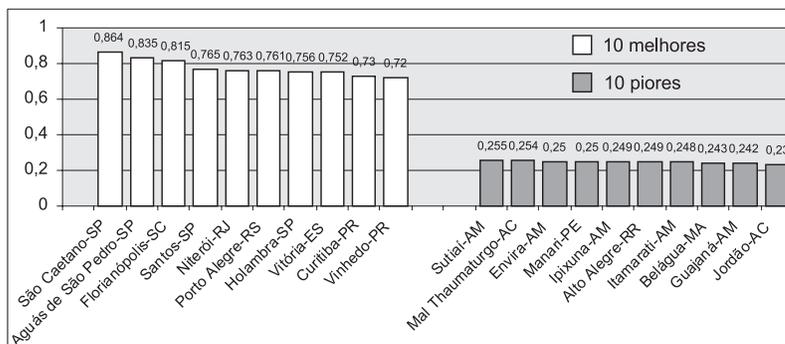
Embora não se possa desconsiderar o papel fundamental que as elites têm no processo de construção democrática, também é verdadeiro que, se essas políticas não contam com o apoio da po-

pulação, o máximo a que se pode aspirar é uma democracia instável e inercial (BAQUERO, 2005). A dimensão inercial surge quando, a despeito de avanços pontuais em aspectos socioestruturais (analfabetismo, expansão industrial, aumentos de produtividade), os indicadores sociais, de maneira geral, mostram uma estagnação e deterioro (pobreza e exclusão social), produzindo predisposições negativas, por parte dos eleitores, em relação aos seus governantes, às instituições e à democracia. Assim, embora não se possam negar os avanços poliárquicos, a situação social no Brasil continua a ser frágil e crítica, se considerarmos os atuais níveis de pobreza e outros indicadores que revelam uma situação preocupante (PNAD, 2000-2004).

De acordo com dados recentes, tanto de organismos internacionais (CEPAL, 2005) quanto nacionais (PNAD, 2004; IBGE, 2006), continua a existir no país uma desigualdade extrema. Nas últimas décadas o aumento do poder aquisitivo do brasileiro se manteve estagnado e, quando houve aumentos, eles não representaram as perdas historicamente observadas. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico tem sido lento e volátil, razão pela qual, do ponto de vista dos indicadores mais objetivos da situação do país, constata-se que, ao longo das últimas duas décadas, houve uma precarização do trabalho e um aumento da pobreza e da exclusão social. Por exemplo, os dados disponíveis mostram que os problemas sociais tradicionais não só não foram superados, mas, pelo contrário, recrudesceram. Segundo Tavares (2004, p. 1) nos últimos dez anos “permaneceram e até mesmo aumentaram as distintas desigualdades que marcam a estrutura social brasileira, como as desigualdades regionais, urbano-rurais e de renda”.

Esse cenário de desigualdade fica claro ao examinar o Quadro 1 – a respeito do índice de exclusão social no Brasil –, publicado no Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMAN, 2005). O conteúdo do referido Atlas aponta que 42% dos municípios (21% da população do Brasil) experimentam permanentemente a desigualdade social e vivem em condições de precariedade. De acordo com esse estudo, mesmo nos estados considerados ricos, a desigualdade e a exclusão social estão presentes, comprometendo a qualidade de vida de um segmento significativo da população do país, conforme pode ser visto no Quadro 1.

QUADRO 1 – ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL



FONTE: Pochman e Amorim (2005).

O Quadro 1 apresenta uma situação em que a desigualdade social é uma realidade para todo o país. Dados do Atlas de Exclusão Social constataram que, dos 5.507 municípios no país, tão somente 200 apresentam uma qualidade de vida e bem-estar adequados e de acordo com as normas internacionais de igualdade. Quando cerca de um quarto da população de uma nação está em situação de precariedade econômica e social, é inevitável que esse quadro comprometa o fomento de predisposições atitudinais e comportamentos de apoio à democracia.

Algumas pesquisas (LATINOBARÓMETRO, 2005) têm constatado que, quando um governo prioriza unicamente a dimensão econômica, esse comportamento afeta as atitudes e predisposições das pessoas. Assim, os brasileiros percebem que esses esforços que se orientam para ajustes econômicos não são suficientes para solucionar os problemas mais urgentes, como o desemprego, os déficits educacionais, de saúde e moradia, a pobreza, a corrupção e a criminalidade. Esse aspecto sugere que a base para a construção de uma cultura política participativa e, conseqüentemente, uma democracia mais eficiente enfrenta obstáculos quase intransponíveis. A esse respeito, Mires (2006, p. 19) argumenta que “as desigualdades sociais, somente por existir, geram tensões internas difíceis de serem superadas politicamente. A pobreza, além do mais, é um bom alimento para demagogos e populistas de todas as espécies, e nenhum governo pode aspirar a uma estabilidade segura nessas condições”.

Nesse contexto, pobreza e desigualdade impactam negativamente as predisposições atitudinais que valorizam os princípios democráticos. Políticas públicas impostas de cima para baixo, sem que os maiores prejudicados tenham sido consultados ou alertados, dificilmente contarão com o apoio dos setores majoritários estando, portanto, fadadas ao fracasso. Em muitos casos, a adoção de medidas impopulares – essenciais para colocar o país no trilho da estabilidade política – não encontra sucesso porque os cidadãos simplesmente não acreditam nessas políticas nem nos gestores públicos, gerando uma situação de desobediência permanente.

#### **4. Dimensões atitudinais que afetam a construção democrática**

Uma das premissas fundamentais da teoria da cultura política em relação a predisposições atitudinais sugere que o tipo de sistema político que um país prefere é um indicador significativo da durabilidade e permanência desse sistema. Numa análise preliminar, por exemplo, poder-se-ia concluir que a rejeição majoritária dos brasileiros ao autoritarismo é garantia suficiente para o sucesso do sistema democrático. De maneira geral, a maior parte das pesquisas realizadas sobre esta temática tem mostrado continuamente elevados índices de rechaço a práticas e hábitos autoritários (PESQUISA MUNDIAL DE VALORES, 2002; LATINOBARÓMETRO, 2005). No entanto, as mesmas pesquisas mostram que essas atitudes não guardam congruência com respostas dos entrevistados a questões de natureza comportamental. Quando indagada sobre a possibilidade de utilizar mecanismos como o clientelismo, o patrimonialismo e o personalismo para alcançar determinados objetivos de caráter individual, a maior parte das pessoas entrevistadas mostra certa predisposição positiva à utilização de tais práticas (ESEB, 2002).

Essa reação ocorre porque, ao contrário do que a teoria democrática pressupõe – base de apoio normativo aos valores e instituições democráticas por parte do cidadão-, uma percentagem expressiva de respondentes não confia nem nos políticos, nem nas instituições políticas (ALMEIDA, 1996; MOISÉS, 2005; POWER & JAMISON, 2005; KRAUSE & CAMPOS, 2006).

Dessa maneira, na medida em que no caso brasileiro constata-se uma assimetria entre as *atitudes e comportamento político, configurando um hibridismo da democracia* no país, o futuro democrático não está assegurado. Refletindo sobre a temática da democracia e suas deficiências na América Latina, O'Donnell (1995, p. 162) tem argumentado que:

Eu diria que fomos demasiadamente politicistas. Estávamos tão obcecados pelo problema político, que não levamos em conta algumas variáveis sociais e econômicas que deveriam ter sido consideradas. Finalmente quando vieram as democracias, boa parte dos intelectuais se incorporou aos governos, onde a dependência se vivia, porém não se mencionava, e, como muitos outros se comprometeram a dizer que a dependência havia sido uma moda que se degenerou, nem a palavra nem o tema foram recuperados. Uma série de palavras como dependência, classe, em outro tempo Estado, tem sido abandonadas [...] as classes são setores. Tal lavagem de linguagem é um dado interessante de uma enorme hegemonia neoconservadora. Todos aqueles que dominam, preferem não utilizar a palavra dominação. O problema é quando os dominados ou os terceiros não teriam porque aceitar essa linguagem a aceitam que alegremente se denomine *leverage* ao poder.

A tentativa de preencher a lacuna relacionada ao papel da cultura política no processo de construção democrática, nos últimos anos, tem possibilitado o surgimento de alternativas explicativas em sociedades materialmente não resolvidas. Para autores que aderem à perspectiva teórica que valoriza normas e laços comunitários, o aspecto central diz respeito a como a confiança interpessoal e a confiança institucional podem fortalecer a democracia. Tal iniciativa deu origem ao surgimento da teoria de capital social na Ciência Política (PUTNAM, 1993). Segundo essa teoria, o objetivo a ser alcançado para consolidar a democracia passa pela conquista ou pelo resgate do potencial associativo dos cidadãos. No campo específico da democracia, ela sugere que é necessário fomentar o associativismo informal com o objetivo de promover práticas pró-democráticas. Essa perspectiva não propõe a substituição de instituições formais da democracia representativa nem questiona o regime político democrático. Sugere, isso sim, que os gestores públicos comecem

a dar a devida atenção à sociedade e às suas várias manifestações para serem levados em conta nas políticas públicas.

Subjacente à teoria de capital social está à confiança generalizada, a qual é considerada como um indicador empírico valioso da saúde democrática na sociedade. No entanto, este tipo de confiança é difícil de interpretar e traduzir em propostas concretas. O mecanismo causal entre a confiança generalizada e o desempenho governamental e nas instituições de mercado nem sempre está bem especificado e testes empíricos não são conclusivos.

A esse respeito, o trabalho de Putnam (1993) sugere que “sociedades civis fortes” geram confiança interpessoal e tolerância, a qual é potencialmente transferível de uma organização voluntária e de grupos para um campo mais amplo de participação democrática. Nesta perspectiva, a produção de confiança interpessoal depende das potencialidades de uma sociedade de criar oportunidades para a produção de capital social via atividades voluntárias, com base na amizade, na lealdade e no compromisso. A confiança criada nesse âmbito, segundo Putnam, pode auxiliar na produção da confiança generalizada, que é considerada com um eixo essencial na manutenção da estabilidade democrática.

No caso do Brasil, as condições que viabilizariam a geração da confiança interpessoal e institucional são precárias. Dessa maneira, não encontramos respaldo empírico para afirmar que a confiança generalizada gere, necessariamente, um impacto na geração e manutenção de democracias fortes. Alguns estudos produzidos a este respeito (POWER & JAMISON, 2005) mostram que a confiança interpessoal no Brasil é menor do que os índices de confiança institucional, corroborando pesquisas desenvolvidas em outros contextos e que mostram que a participação em instituições voluntárias não produz confiança generalizada nem promove a democracia (AHLERUP, OLSSON & YANAGIZAWA, 2007). Na mesma linha de análise, Inglehart (1988) admite que ser membro de organizações voluntárias não tem um impacto independente na durabilidade da democracia. Portanto, a confiança interpessoal crescente não se traduz, necessariamente, em benefícios democráticos.

Creemos que esta conclusão deve ser relativizada, pois, no Brasil, nota-se a proliferação de experiências que têm dado certo

com base no estímulo à produção de mecanismos orientados para fomentar as confianças recíproca e interpessoal, bem como o engajamento político (RITS, 2000-2006). O desafio, então, parece estar em como fomentar essas práticas em um âmbito mais amplo e em uma situação de desenvolvimento assimétrico entre procedimentos e cultura política.

A confiança, seja na sua dimensão interpessoal, seja na sua dimensão institucional, decorre, principalmente, das expectativas que se criam em torno do comportamento dos outros ou das instituições políticas. No campo político, essas expectativas estão relacionadas com o desempenho econômico do governo e em como os cidadãos avaliam esse desempenho. Em países como o Brasil, cuja situação social mostra-se desigual, a política tende a ser vista preponderantemente do ponto de vista econômico.

No entanto, a despeito desse pensamento economicista dominante na Ciência Política, a história tem mostrado que o crescimento econômico, por si, não é suficiente para resolver os problemas materiais do país (MENDONÇA, 2006). Nessa linha de pensamento, apesar da redução da pobreza ter sido prioritária na última década, a combinação de crescimento lento e desigualdade persistente gerou pobreza crônica e insatisfação social. Em geral, a redução da desigualdade de ingressos e riqueza, bem como o fomento à participação, não tem sido privilegiada nas políticas públicas. A aposta na redução da pobreza, impulsionada pelo crescimento econômico, produziu resultados insatisfatórios no Brasil, gerando um campo em que as predisposições dos cidadãos se voltaram para o lado negativo. De maneira geral, uma economia precária e um sistema político ineficiente no atendimento às demandas e às necessidades das pessoas acaba esvaziando e despolitizando a democracia.

Assim, quando a ausência da politicidade materializa-se no cotidiano das pessoas ou quando as estruturas políticas têm sido literalmente obliteradas, tanto pela indiferença dos cidadãos como pelo papel dos próprios gestores públicos, cujo comportamento contribui para deslegitimar ainda mais a institucionalidade vigente, cria-se uma situação na qual os poderes não políticos ocupam o lugar reservado ao poder político. Dessa maneira, ajudam a desinstitucionalizar a própria política convencional. Nessas circunstâncias,

estabelece-se, paradoxalmente, um comportamento dos aspirantes a cargos públicos da defesa e prática da antipolítica. Tal situação conduz à (re)emergência de práticas políticas predatórias (nepotismo, clientelismo e fisiologismo).

Nesse contexto, a prática democrática e o fomento de um engajamento cívico têm poucas possibilidades de prosperar. A resolução de conflitos não ocorre pelos meios convencionais (partidos e legislativo), mas pelos caminhos tradicionais informais acima mencionados, os quais propiciam que, no processo de deslegitimação da democracia, os interesses econômicos sejam representados por instâncias não políticas ou representem a si mesmos. Este processo de representação está longe de constituir-se em um dos pilares da construção democrática.

Quando a política “economiza-se”, como no caso brasileiro, a prioridade passa a ser o cumprimento das metas previstas, marginalizando tudo o que não é considerado funcional. Compromete-se, dessa maneira, a possibilidade de construir uma base de apoio normativo aos planos de ajuste estrutural ou medidas impopulares, constringendo o desenvolvimento democrático. Tal fato ocorre porque a democracia “economizada” ignora as massas que são o segmento mais impactado pelas medidas de ajuste econômico.

Portanto, quando as políticas públicas não incidem da maneira prevista, criam-se condições estruturais que influenciam as predisposições atitudinais dos cidadãos, propiciando o surgimento e a manutenção de uma cidadania desconfiada, indiferente e individualista em relação ao campo político, que prospera perigosamente. Esses elementos, que se mantêm estruturalmente ao longo do tempo, inibem o fortalecimento e a consolidação de uma democracia plena que alie normas procedimentais com avanços sociais, pois as massas – que, na retórica política, são os grandes beneficiados –, na prática, estão desprotegidas das políticas públicas, exacerbando a instabilidade política.

Sabe-se que a democracia exige o confronto construtivo entre pontos de vista divergentes, mas quando tais diferenças ocorrem dentro de um marco de civilidade, a confiança é um resultado natural, facilitando, por sua vez, a integração cidadã. Da mesma maneira, democracia requer a tolerância (e a aceitação) de diferen-

ças e a confiança nos outros, em vez de considerá-las uma ameaça. Confiança mútua evita que os debates públicos degenerem para a desqualificação pessoal. Adicionalmente, a democracia requer que as pessoas aceitem as regras do “contrato social”, submetendo-se às regras básicas de interação. Enfim, a legitimidade do regime político torna imprescindível que as confianças interpessoal e institucional se tornem práticas cotidianas na vida das pessoas.

No entanto, ao contrário da construção de laços de confiança interpessoal e institucional, nas últimas décadas, tem-se constatado, no Brasil, à semelhança da maioria dos países globalmente, que o apoio político está declinando. As pessoas mostram ceticismo em relação à capacidade e à eficiência dos gestores públicos na resolução dos problemas sociais básicos. A desconfiança nos políticos não é mais conjuntural, mas faz parte de um condicionante estrutural que impacta a forma como a democracia evolui. As instituições mais afetadas pela desconfiança são os partidos políticos, os quais têm praticamente perdido sua credibilidade perante os eleitores (BAQUERO & PRÁ, 2007). A percepção generalizada é de que o governo beneficia uma minoria em detrimento da grande maioria, razão pela qual as pessoas mostram-se altamente insatisfeitas com a forma como a democracia funciona no país.

Esses fatores são claramente observáveis em épocas eleitorais. Em tais ocasiões, em virtude do clima de desconfiança dos cidadãos com a política em geral, os candidatos a cargos públicos não orientam suas campanhas para aspectos institucionais ou político-sociais. A ênfase recai em promessas de cunho econômico. Tal comportamento não está longe de ser considerado uma tentativa de “comprar” os votos dos eleitores. As promessas são sempre as mesmas, mais crescimento econômico, melhores condições de vida, melhoria nos salários, baixar a inflação, gerar mais empregos, entre outras. O que raramente ou nunca esclarecem ou identificam são as fontes de recursos que propiciarão esse Estado de bem-estar social.

Dessa forma, a economização da política prioriza a discussão e o debate econômicos em detrimento de uma ênfase na participação política mais efetiva da população, na expansão das liberdades, no reconhecimento de formas alternativas de engajamento político e nos direitos humanos. Esses tipos de democracia têm sido caracterizados

como de natureza predatória (DIAMOND, 2001) e iliberal (ZAKARIA, 1997). Nessas circunstâncias, aspectos como aumento dos espaços de discussão e aplicação conseqüente dos direitos humanos geralmente são deixados de lado. Dessa forma, para os eleitores comuns, a cédula eleitoral é vista quase como uma promissória que será cobrada após o pleito eleitoral. A negociação e a representação política colocadas nesses termos incidem na própria destruição da política, pois propiciam o surgimento e a institucionalização da corrupção.

## 5. Democracia e corrupção

São cada vez mais freqüentes os candidatos na arena política que apontam como fator diferencial para contar com a preferência dos eleitores sua experiência no campo privado como gerentes ou empresários. Tal postura encontra eco nos cidadãos porque, na medida em que as situações econômica e social são precárias para a maioria dos brasileiros, o discurso econômico sobrepõe-se à política. A idéia que se tenta passar para o público eleitor é a de que a administração de uma nação pouco difere da administração de uma empresa. Os termos eficiência e eficácia são retórica comum nesse cenário. Se é esperado que as políticas públicas sejam sempre bem desenhadas e eficientemente implementadas, nem sempre isto ocorre, principalmente, na ausência de recursos suficientes para levar adiante essas iniciativas.

A conseqüência geralmente se dá no campo da deslegitimação das instâncias governamentais como órgãos efetivos de resolução de problemas sociais básicos. Introduzir procedimentos empresariais em aspectos sociais, na medida em que a noção de lucro deve ser redefinida para investimentos sociais, torna-se importante para utilizar outra lógica administrativa, que é a do bem-estar social, em contextos constrangidos por falta de investimentos materiais. Não implementar instrumentos dessa natureza transforma a política numa área de negociação, em que a tendência de a corrupção prosperar aumenta.

A percepção que se cria no imaginário internacional, a partir de um governo que se orienta única e exclusivamente para o mercado, em detrimento de políticas sociais eficientes, é a de que o Brasil não

estaria preparado para o jogo democrático, constringendo os investimentos externos, bem como deteriorando a imagem do país.

O comprometimento de regras democráticas transparentes impacta também na forma como a corrupção é combatida, ou seja, fica mais na intenção e na retórica do que em esforços viáveis de seu controle. É comum constatar que as campanhas de anticorrupção reduzem-se, geralmente, a alterações legais tecnocráticas, à denúncia midiática de atos de corrupção, à criação de comissões anticorrupção e, eventualmente, ao julgamento de alguns oficiais corruptos.

Esses procedimentos de controle da corrupção – a história tem mostrado – não têm sido eficientes na diminuição e, muito menos, na eliminação da corrupção, incidindo diretamente no tipo de democracia (instável) e na sua qualidade (baixa intensidade). Decorrente dessa dinâmica, não é incomum observar que candidatos e gestores públicos são freqüentemente reconduzidos aos cargos eletivos. Rennó (2007), na sua análise sobre os resultados eleitorais de 2006, no Brasil, sugere que a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva – na época, envolvido com denúncias graves de corrupção – conseguiu um segundo mandato com base em três fatores de estratégia de campanha: uma imagem crível de Lula; a retomada de temas sensíveis para o eleitorado, principalmente, o tema das privatizações; sua postura nos debates, em que, exceto no primeiro, foi considerado vitorioso, ao recorrer a comparações das metas alcançadas no seu governo com as metas do governo de Fernando Henrique Cardoso. Sobre o mesmo tema, Monclair (2007, p. 1) argumenta que “o voto Lula em 2006, pode ser considerado um voto de gratidão, de reconhecimento”.

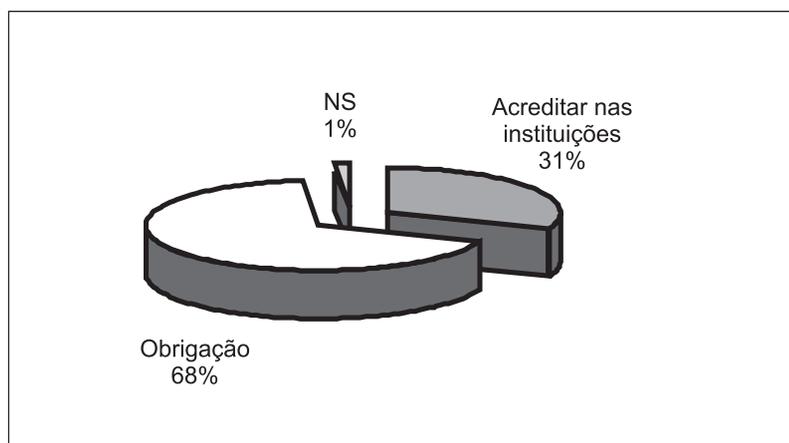
Essa postura dos eleitores somente é possível em cenários nos quais o Estado e o regime não têm conseguido eliminar a corrupção em patamares que permitam uma construção mais eficiente da democracia nos seus sentidos ético e social. Portanto, quando práticas de corrupção dominam o cenário democrático de um país, como foi o caso brasileiro nos últimos anos, dificilmente a democracia no seu sentido substantivo e cultural pode-se fortalecer, principalmente, devido à percepção dos eleitores de que “tudo acaba em pizza” (TAYLOR & BURANELLI, 2007). Pesquisa realizada pelo Instituto Internacional de Estudos Anticorrupção (INEA, 2007) classificou o

Brasil, para o período 2006-2007, como o país com corrupções sistêmico-estatal e institucional de alta nocividade social. Esses tipos implicam na presença de redes de corrupção que envolvem o Estado e cooptam âmbitos institucionais. Os gestores públicos, nessa perspectiva, se não participam diretamente dos atos de corrupção, são coniventes com os transgressores da norma.

Assim, se as instituições intermediárias estão viciadas e não são controladas, instaura-se um processo permanente de ingovernabilidade administrativa que compromete o avanço democrático como processo educacional. Dessa maneira, se as leis não são obedecidas e as constituições são constantemente violadas para benefício de uma minoria, a moral nacional fica reduzida a um assunto privado e não da sociedade. Em tal contexto, os cidadãos optam por predisposições e comportamentos à margem da lei, não porque assim o desejem, mas porque acaba sendo uma das poucas maneiras mais efetivas de conseguir alguma coisa do governo, o qual não possui uma infra-estrutura capaz de responder adequadamente às necessidades materiais mínimas da população.

Dados que subsidiam uma compreensão a respeito deste dilema provém da resposta dos entrevistados à questão se eles obedecem às leis por obrigação ou por acreditar nas instituições.

GRÁFICO 1 – QUANTO ÀS LEIS, O (A) SR. (A) OBEDECE A ELAS POR:



FONTE: Nupesal-UFRS (2005).

Embora os dados do Gráfico 1 digam respeito ao ano de 2005, é significativo notar que 68% dos entrevistados responderam que obedecem às leis por obrigação e não por acreditar nas instituições políticas ou nos gestores públicos. Quando a estrutura jurídica que regulamenta as relações sociais e os conflitos dentro da sociedade não é considerada crível pela população, o tipo de cultura política que se institucionaliza direciona-se para a desobediência civil explícita, e instauram-se mecanismos tradicionais da política eleitoral. Assim, pode-se afirmar que, quando a nação começa a se corromper não somente vertical mas também horizontalmente, criam-se as bases para a emergência de políticos considerados salvadores da pátria e dos populistas. Geralmente, quem sai vitorioso do embate eleitoral, nessas circunstâncias, é quem oferece mais e conta com sua imagem e carisma para ser convincente perante os eleitores. Em outras palavras, institucionaliza-se o personalismo como mecanismo de construção de identidades coletivas e, de preferência, do eleitor na hora de votar.

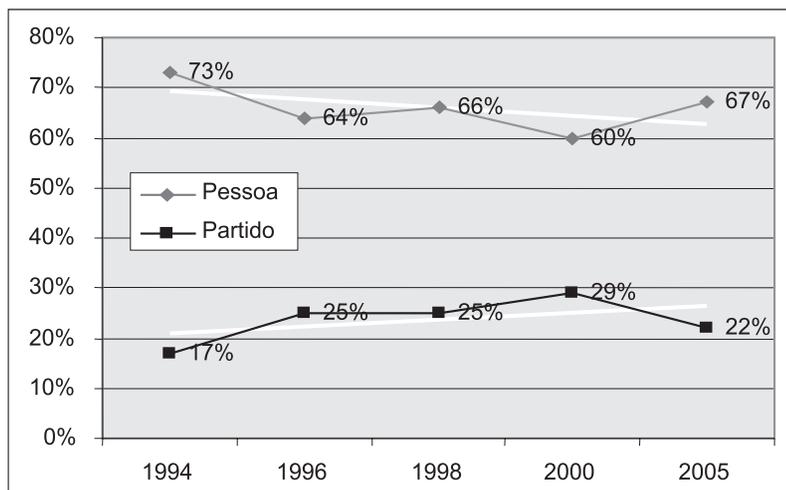
## 6. Personalização da política

A personalização do poder significa que o eleitor está propenso a manifestar sua preferência por um determinado candidato, em virtude de aspectos estritamente pessoais e não institucionais. A relação é de natureza terciária, ou seja, à margem das instituições de mediação política, como os partidos políticos. A identidade coletiva do eleitor depende do grau e da intensidade do relacionamento que se estabelece, no seu imaginário coletivo, com um ou outro candidato e não com os partidos políticos. Nesse contexto, os interesses políticos e alinhamentos ideológicos estruturam-se em torno da figura do candidato e não das organizações mediadoras formais. Quando esse fenômeno ocorre na política, pode-se presumir que a negociação e a representação política ocupam patamares atrasados, nos quais é muito mais importante a pessoa e o carisma do candidato no sentido weberiano. Assim, a política gira em torno do representante político e não de prioridades nacionais e imediatas.

Um dos indicadores empíricos mais sólidos que se referem ao grau de personalismo é o que diz respeito a como os eleitores posicionam-se diante da questão que indaga se na hora de votar é

mais importante a figura do candidato ou o partido. Os dados do Gráfico 2 mostram os resultados.

GRÁFICO 2 – O QUE CONTA MAIS NA HORA DE VOTAR



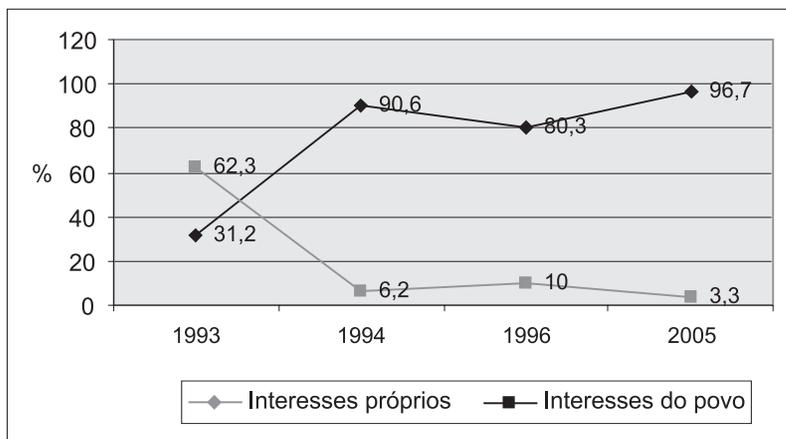
**FONTE:** Nupesal-UFRS (2005).

**NOTA:** Porto Alegre: 1994 (N=609); 1996 (300); 1998 (248); 2000 (509); 2005 (510).

No período examinado de 1994 a 2005, os dados revelam que ainda é muito significativo o impacto do personalismo nas eleições no Brasil. Embora eles digam respeito ao caso de uma cidade brasileira – Porto Alegre –, acreditamos que é um reflexo do que acontece nacionalmente. Mais de 60% (em média) dos eleitores manifestaram que, na hora de votar, levam em conta muito mais a figura do candidato e suas qualidades pessoais e carisma do que o partido ao qual ele está filiado. A esse respeito, Hunter e Power (2007), em sua análise sobre as eleições de 2006 no Brasil, sustentam que foi Lula o grande vitorioso e não o seu partido (PT). Este, inclusive, viu o número de deputados reduzido nessas eleições.

Em tais circunstâncias, a opinião dos eleitores em relação aos políticos direciona-se negativamente. Indagados se os gestores públicos desempenham suas atividades para favorecer a sociedade ou a seus interesses pessoais, as respostas foram, preponderantemente, a segunda alternativa, como mostra o Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – OS POLÍTICOS TRABALHAM PARA SI OU PARA O POVO?



**FONTE:** Nupesal-UFRS (2005)

**NOTA:** Porto Alegre: 1993 (n=1137); 1994 (609); 1996 (300); 2005 (506).

Para o período entre 1993 e 2005, constata-se um crescimento paramétrico na percepção de que os políticos orientam suas ações para priorizar a defesa de seus interesses particulares.

Os dados dos dois gráficos sugerem – e, acreditamos, foi isso o que ocorreu nas eleições de 2006 no Brasil – que o “carisma” do candidato Lula foi decisivo na captação de votos, principalmente das classes mais populares, que estabeleceram uma identidade “terciária” com o postulante à presidência da república.

Nessas circunstâncias, os pleitos eleitorais no Brasil continuam a ser dominados por aspectos de caráter emocional e subjetivo, o que não gera bases consistentes sobre as quais uma democracia eficiente possa ser construída.

## 7. Conclusões

O objetivo deste trabalho foi o de examinar algumas características que consideramos teórica e analiticamente úteis para a compreensão da forma como se estrutura a cultura político-eleitoral no Brasil e suas conseqüências no processo de amadurecimento democrático. Examinamos, inicialmente, a forma como os brasileiros

tendem a decodificar a política e como percebem a democracia. Descobrimos que, na dimensão difusa, à semelhança de uma tendência global, as pessoas mostram uma preferência pela democracia a qualquer outra forma de governo, embora as percentagens no Brasil sejam significativamente menores do que na maioria dos países da América Latina. Tal postura atitudinal, pensamos, pode ser explicada por três fatores que incidem no comportamento eleitoral. Em primeiro lugar, as práticas políticas que ainda prevalecem no cotidiano das relações interpessoais e institucionais e que são dominadas pelo clientelismo, nepotismo e personalismo. Em segundo lugar, argumentamos que uma sociedade como a brasileira, em que a carência de recursos para investir na dimensão social acaba propiciando que as políticas econômicas sobreponham-se à dimensão política propriamente dita, termina por submeter as liberdades democráticas, que são a essência da política, à dimensão da necessidade, que é a essência da economia. Finalmente, e, em decorrência dos pontos 1 e 2, nos pleitos eleitorais, o que prevalece fortemente ainda é o personalismo e o carisma do candidato.

O desafio, portanto, para os cientistas políticos radica na capacidade de encontrar mecanismos que estabeleçam uma base sobre a qual liberdades e necessidades possam ser complementadas, de tal forma que a democracia prospere tanto na sua dimensão formal quanto no sentido social.

Um dos caminhos que se identifica como estratégico no balanceamento de substância e conteúdo pode estar na capacidade tanto dos gestores públicos quanto dos cidadãos em desenvolver seu potencial associativo. Tal prática, conhecida como “capital social”, pressupõe que é possível melhorar a democracia na sua dimensão substantiva quando se complementam os procedimentos formais com formas alternativas de participação política. A teoria de capital social argumenta que uma democracia estável funciona com base em fortes redes sociais formais e informais na comunidade, que são independentes do governo.

A teoria de “capital social” postula que é possível criar um círculo virtuoso com base na confiança interpessoal, que pode se traduzir em confiança institucional e, desta maneira, contribuir para estimular a participação cívica e aumentar engajamento dos

cidadãos na política, principalmente, no sentido de desenvolver mecanismos de fiscalização dos gestores públicos.

### **Referências bibliográficas**

AHLERUP, P.; OLSSON, O. & YANAGIZAWA, D. **Social Capital vs. Institutions in the Growth Process**. Working Papers in Economics, n. 248. Sweden: Goteborg University, 2007.

ALMEIDA, J. **Como vota o brasileiro?** São Paulo: Casa Amarela, 1996.

BAQUERO, M & PRÁ, J. **Democracia no Brasil e cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRS, 2007.

BAQUERO, M. Sem confiança a democracia se torna inerte. É o capital social uma resposta? Um estudo sobre América Latina. **Revista de Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 84-99, maio-ago.2005.

CEPAL. **Anuário estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: Comissão Económica para América Latina y el Caribe, 2005.

DAMATTA, R. Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso. **Caderno de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 51-62, abr.1993.

DIAMOND, L. **Civic Communities and Predatory Societies**. Washington, D.C.: Intercultural Management Institute, 2001.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 1965.

ESEB. **Estudos eleitorais no Brasil**. Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública, 2002.

FREIRE, P. & SHOR, I. **Medo e ousadia**. O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 18ª ed. São Paulo: Nacional, 1982.

GIARDINELLI, M. **Elogio del voto como arma**. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/2001/01-10/01-10-08/contrata.htm>. Acesso em: 10.mar.2007.

GRACIARENA, J. La democracia en la sociedad y la política. Apuntes sobre un caso concreto. *In: Clacso. Los límites de la democracia*. V. 2. Buenos Aires: Clacso.

HUNTER, W. & POWER, T. J. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n.1, p. 1-30, Spring. 2007.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2006**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.org.br/>. Acesso em: 10.mar.2007.

INEA. **Corrupciómetro Internacional**. Madrid: Instituto Internacional de Estudios Anticorrupción. Disponível em: <http://www.ineaestudiosanticorrupcion.org>. Acesso em: 20.mar.2007.

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1.203-1.230, Dec.1988.

KRAUSE, S & CAMPOS, I. F. Los partidos políticos brasileños: crisis y perspectivas. *Diálogo Político*. Buenos Aires. año XXIII, n.4, diciembre de 2006, p. 41-72.

LATINOBARÓMETRO. **Relatório de 2005**. Disponível em: <http://www.purochile.org/inf2005l.pdf>. Acesso em: 10.mar.2007.

MARQUES, R. M. & BERQUÓ, E. S. Selección de unidades de informacion en encuestas demograficas: un método para construir tablas de sorteo. *Revista Latinoamericana de Demografia*, Santiago de Chile, año III, v. 8, ago.1975.

MENDONÇA, C. **Brasil cresce só 2,3% em 2006; saiba o que isso significa**. Disponível em: <http://www.vestibular.uol.com.br/atualidades/uet168u228.jhtm>. Acesso em: 20.mar.2007.

METTENHEIM, K. V. **The Brazilian Voter**. Mass Politics in Democratic Transition, 1974-1986. Pittsburg: Pittsburg University, 1995.

MIRES, F. Los diez peligros de la democracia en América Latina. *Cuadernos Del Cendes*, ano 23, n. 61, p. 1-38, jan.-abr.2006.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-65, mar.2005.

MONCLAIRE, S. Com a força do povo: o brasilianista Monclaire fala do peso do voto popular em Lula. *Carta Capital*, São Paulo, n. 435, p.

38-40, 11.mar.2007. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/edicoes/2007/marco/435/indice-edicao/>. Acesso em: 26.mar.2007.

NUPESAL. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisas e Estudos Sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

O'DONNELL, G. Democracia y exclusión. en ahora. **Cuaderno de Estudios Políticos**, n. 2, p. 148-170, verano.1995.

PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000-2004.

POCHMAN, M & AMORIM, R. (orgs.). **Atlas de exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

POWER, T.J. & JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, maio.2005.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A. & LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 1-18, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a03n58.pdf>. Acesso em: 10.mar.2007.

PUTNAM, R. **Making Democracy Work**. Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University, 1993.

RENNÓ, L. Notes on the Brazilian 2006 Presidential Elections: The Winding Road to Democratic Consolidation. **Colombia Internacional**, n. 64, p. 154-165, 2006.

RITS. **Rede de Informações para o Terceiro Setor**. Disponível em: <http://www.rits.org.br>. Acesso em: 10.dez.2006.

SCHMIDT, J. P. **Juventude política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001.

SOARES, T. **Indicadores sociais: desigualdades e vulnerabilidades no Brasil do novo milênio**. Outro Brasil. Projeto de análise da conjuntura brasileira, 2004. Disponível em: <http://www.outrobrasil.net>. Acesso em: 10.jan.2007.

TAYLOR, L. Politicians without Parties and Parties without Politicians: The Foibles of the Peruvian Political Class, 2000-2006. **Bulletin of Latin American Research**, v. 26, n. 1, p. 1-23, 2007.

TAYLOR, M. M. & BURANELLI, V. C. Ending Up in pizza: Accountability as a Problem of Institutional Arrangement in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 59-87, Spring.2007.

ZAKARIA, F. The Rise of Iliberal Democracy. **Foreign Affairs**, New York, v. 76, n. 6, p.1-8, Nov.-Dec.1997.